

SIMPAR



MODELO DE GESTÃO QUE TRANSFORMA ESTRATÉGIA EM VALOR

2025 marca a conclusão do ciclo de consolidação e início da captura mais intensa de valor das bases construídas.

A robustez do modelo de gestão, eficiência operacional, ganhos de escala, evolução em precificação e captura de sinergias se refletem nos resultados do ano e apresentam avanços consistentes em rentabilidade e geração de caixa, evidenciando a qualidade da nossa **GENTE** na execução do Planejamento Estratégico, com a transformação dos fundamentos em diferenciais competitivos que impulsionam o desenvolvimento sustentável de todo ecossistema de negócios presente em setores essenciais da economia real.

Dados financeiros 4T25 e 2025:



Receita bruta total:
4T25: R\$12,4 bi (+6% a/a)
2025: R\$47,8 bi (+7% a/a)



EBITDA:
4T25: R\$4,1 bi (+55% a/a)
2025: R\$12,8 bi (+24% a/a)



Lucro Líquido:
4T25: R\$543 mm (vs. - R\$224 mm no 4T24)
2025: R\$213 mm (+127% a/a)



Extração de valor das bases construídas nos últimos anos

Recorde de Receita **(+7% a/a)** e EBITDA **(+24% a/a)**

Menor Capex Líquido dos últimos 5 anos **(-35% a/a)**

Menor alavancagem dos últimos 15 anos **(3,0x Dívida Líquida/EBITDA)**



Forte geração de caixa e avanço na utilização de ativos alugados

Reorganização dos negócios em empresas: criação da **INTRALOG**, maior empresa de Intralogística do país

Geração de caixa livre: **+R\$392 mm**

Rentabilidade: **14,8% (ROIC Running Rate)**



Foco no Cliente, eficiência operacional, inovação e rentabilidade

Excelência no atendimento ao cliente: **+676 mil** novos clientes em 2025

Maior retorno do setor (ROIC): **16,6%, 5,8 p.p.** acima do custo de dívida de terceiros

Melhores margens EBITDA do setor: **67,4%** no RAC e **75,9%** no GTF



Aumento da taxa de ocupação impulsiona melhora operacional e rentabilidade

Melhor taxa de ocupação da frota desde 2020: **87%**

Melhor margem EBITDA de Locação registrada no 4T25 desde 1T24: **90%**

Recorde na Receita Líquida de Venda de Ativos: **R\$1,3 bi (+85% a/a)**



Início do aumento das vendas por loja e da rentabilidade

32 veículos (+5% a/a) Veículos leves novos/loja

21 veículos (+21% a/a) Veículos leves seminovos/loja

0,7x (+17% a/a) Veículos seminovos / novos



Eficiência e qualidade em serviços para o setor público e empresas de economia mista

Alto padrão de eficiência e transparência

Novos contratos: **+R\$60 mm** de receita futura com prazo médio de 27 meses

Evolução do principal segmento: Terceirização de frota com mão de obra com Receita Líquida de **R\$372 mm**



Aceleração do crescimento do EBITDA 2026 com a maturidade da CS Portos e início das 3 concessões adicionais em 2025

CS Portos Aratu: Modernização e dragagem concluídas

CS Rodovias Grãos do Piauí: Fase final da construção de três de seis praças de pedágio

CS Rodovias Rota da Integração: Operação iniciada no 4T25, estruturação operacional e contratação do Free Flow

CS Rodovias Mercosul: Operação iniciada em dez/25, com geração de receita e EBITDA

CS Mobi Cuiabá: Fase final da construção do mercado municipal

CS Mobi Leste SP: Operação iniciada ao final do 3T25, com geração de Receita e EBITDA



Carteira de crédito de qualidade e inadimplência abaixo do mercado

Receita de intermediação financeira de **R\$397 mm (+69% a/a)**

Lucro Líquido de **R\$4,7 mm (+502% a/a)**

Carteira de Crédito: **R\$2,2 bilhões (+17% a/a)**



Experiência comprovada em gestão e valorização de resíduos sólidos

Materialização da venda de 100% da **Ciclus Rio** por **R\$1,8bi**, com retorno de **27%** ao ano (2021 a 2025)

1 ano completo de operação de **Ciclus Amazônia** com receita de **R\$348 mm** e EBITDA **R\$89mm**

Ciclus Centroeste: Construção de aterro finalizada, início da operação prevista para o 2T26



Para mais detalhes, acesse nossas redes:

@simpar_oficial Simpar



SIMPAR S.A.

CNPJ/MF nº 07.415.333/0001-20 - NIRE 35.300.323.416
Companhia Aberta de Capital Autorizado

SIMH

B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos os resultados de 2025 da SIMPAR. Eles refletem a confiança dos nossos clientes, a execução do planejamento estratégico definido pelo Conselho de Administração e a dedicação dos nossos mais de 56 mil colaboradores que entregam serviços com eficiência e qualidade em cada uma das nossas empresas: JSL, MOVIDA, VAMOS, AUTOMOB, CS Infra, Ciclus Ambiental, CS Brasil e BBC - negócios que fazem parte da economia real e que tem GENTE como principal diferencial. Agradecemos também aos fornecedores e investidores pela confiança e pela construção de relações de longo prazo.

O ano de 2025 marca um momento importante, caracterizado pelo avanço na geração de caixa e da rentabilidade. Após a conclusão do ciclo de construção das bases operacionais, incluindo adequação da frota, estrutura de rede de lojas e filiais, sistemas e equipes e aprimoramento dos modelos de precificação, passamos a capturar de forma mais consistente os ganhos de escala, sinergias, eficiência operacional e o potencial do nosso portfólio em cada um dos setores que atuamos.

Alcançamos Receita Líquida de R\$43,5 bilhões (+7% a/a) e EBITDA de R\$12,8 bilhões (+24% a/a) - recordes no ano - ao mesmo tempo em que o Capex líquido foi reduzido em 35%, totalizando R\$6,6 bilhões. Com isso, a relação EBITDA/Capex líquido evoluiu para 1,9x, acima das médias de 0,6x no período de 2019 a 2022 e de 1,1x em 2023 e 2024.

Os resultados refletem a solidez do nosso Modelo de Gestão aliado ao planejamento estratégico definido pelos Conselhos de Administração e direcionamento estratégico da SIMPAR que assegura Cultura e Valores únicos e o foco em disciplina, agilidade e eficiência na execução dos planos de negócios em cada uma das empresas.

A expansão da rentabilidade, aliada à menor intensidade de capital, demonstra o valor ainda a ser capturado pelas empresas como na monetização da Ciclus Rio, com retorno de 27% a.a., comprovando o valor de um ativo que ainda não havia sido percebido pelo mercado. Esses indicadores contribuem para a redução da alavancagem - a relação Dívida Líquida/EBITDA recuou de 3,6x para 3,0x no 4T25, menor nível dos últimos 15 anos. Encerramos o 4T25 com posição de caixa de R\$3,6 bilhões na SIMPAR, suficiente para cobrir os vencimentos até meados de 2031. No consolidado, o caixa totalizou R\$12,7 bilhões, desconsiderando R\$1,3 bilhão em linhas comprometidas disponíveis e não sacadas, além de linhas de floor plan. No trimestre, realizamos captações de dívida no montante de R\$4,6 bilhões, com custo médio de CDI + 2,8% a.a. e prazo médio de 5,0 anos. Já no 1T26, as captações somaram R\$4,2 bilhões, com destaque para a MOVIDA, com R\$3,5 bilhões em fevereiro, a custo médio de CDI + 2,2% a.a. e prazo médio de 4,5 anos, valor suficiente para alongar toda dívida com vencimento em 2026.

A JSL apresentou resultados que refletem movimentos estruturais relevantes em 2025: 1) maior utilização de ativos alugados com menor intensidade de capital; 2) reorganização operacional com a criação da INTRALOG - maior empresa de armazenagem e intralogística do país, pronta para capturar oportunidades em um mercado de elevado potencial -, da JSL Digital (transporte de cargas) e JSL serviços dedicados, sendo que neste último, ~29% do EBITDA é oriundo de operações com agregados e terceiros e ~71% com utilização de frota própria. Esse movimento combinado à geração operacional de caixa de R\$392 milhões (~21% do valor de mercado em 2025), reflexo da decisão estratégica de aumentar a locação de ativos novos para a prestação de serviços para nossos clientes, contribuiu para a redução da alavancagem para 2,9x Dívida Líquida/EBITDA (-0,4x a/a).

Na MOVIDA, o ROIC atingiu nível recorde de 16,6%, 5,8 p.p. acima do custo de capital de terceiros, refletindo a execução consistente da estratégia centrada no cliente. Houve avanço na precificação, com aumento de 13% no preço médio do RAC, além da adição de 676 mil novos clientes e crescimento de 0,3 p.p. na participação de mercado, enquanto o yield do GTF alcançou 3,5% no 4T25 (+0,2 p.p. a/a). Além disso, a execução do planejamento estratégico resultou no atingimento de todos os *guidances* dos últimos 2 anos, com destaque para a superação dos *guidances* de Lucro Líquido e Alavancagem no 4T25: (i) O Lucro Líquido atingiu R\$102 milhões, maior resultado trimestral dos últimos 3 anos e crescimento de 65% a/a, superando o *guidance* em 24%; e (ii) Dívida Líquida/EBITDA alcançou 2,6x, o menor nível dos últimos cinco anos, atingindo o piso do *guidance* estipulado. A contínua melhora operacional deve se refletir nos resultados trimestrais, como detalhado no *guidance* de lucro líquido 1T26 de R\$110-130 milhões.

Na VAMOS, os resultados do 4T25 indicam um ponto de inflexão na rentabilidade, com destaque para: (i) crescimento de 85% na Receita Líquida de seminovos, alcançando o recorde de R\$1,3 bilhão, com desempenho 4,0x acima do mercado; (ii) redução relevante da inadimplência (PDD de 0,8% no 2S25 vs. 3,6% no 1S25); (iii) melhora de 3 p.p. na ocupação da frota (87%); e (iv) redução da alavancagem para 3,16x, menor patamar desde 2022. A VAMOS superou todos os *guidances* de 2025: (i) Capex Implantado foi de R\$4,2 bilhões, acima de R\$4,1 bilhões; (ii) Receita Bruta de Venda de Ativos de R\$1,4 bilhão, superior a R\$1,3 bilhão; (iii) Capex Líquido de R\$1,6 bilhão, dentro do

1 Com base nos dados de frota do setor do anuário ABLA 2026.

2 De acordo com dados da Fenauto, as vendas de caminhões seminovos cresceram ~28% em 2025, enquanto a VAMOS registrou expansão de 111% no mesmo período.

AVISO: As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • **Central de Resultados - SIMPAR RI** = <https://ri.simpair.com.br/central-de-resultados/>; • **Consulta de Documentos de Companhias Abertas (cvm.gov.br)**; • **Empresas Listadas | B3; • Estadao RI (estadao.com.br)** = <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes>.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					Passivo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	207	113.831	3.029.953	1.903.850	Fornecedores	8.635	5.855	7.377.321	7.206.883
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	3.430.165	3.160.955	11.074.652	11.067.285	Floor plan	-	-	1.027.622	747.045
Instrumentos financeiros derivativos	91.612	821.355	147.067	1.033.606	Risco sacado a pagar	-	-	17.897	32.860
Contas a receber	79.454	45.652	7.700.608	6.176.225	Empréstimos, financiamentos e debêntures	275.511	267.799	9.148.886	6.965.532
Estoques	-	-	2.831.914	3.200.318	Instrumentos financeiros derivativos	512.036	1.196.157	1.020.516	1.560.379
Ativos de frota disponibilizados para venda	-	-	1.337.663	1.575.614	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	-	29.637	79.819	131.765
Tributos a recuperar	2.062	143	527.016	465.145	Arrendamentos a pagar por direito de uso	813	-	383.176	446.771
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	90.348	26.931	1.135.416	942.176	Cessão de direitos creditórios	-	-	2.047.127	1.367.847
Dividendos a receber	595.237	282.098	435	163	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	26.421	1.927	384.919	391.004
Partes relacionadas	-	-	180	180	Compra de ações de controladas a termo	-	-	166.931	85.563
Outros créditos	121.824	17.934	1.113.186	856.402	Obrigações sociais e trabalhistas	46.341	35.568	868.733	750.092
	4.410.909	4.468.899	28.898.090	27.220.964	Imposto de renda e contribuição social a recolher	18.108	-	52.320	52.565
					Tributos a recolher	37.969	13.691	683.789	555.893
Não circulante					Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13.498	4.123	322.387	180.560
Realizável a longo prazo					Partes relacionadas	132.825	132.825	-	91
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	43.845	2.990.993	187.241	Outras contas a pagar	13.709	23.445	670.417	606.013
Instrumentos financeiros derivativos	188.215	860.879	594.440	2.244.453		1.085.866	1.711.027	24.251.860	21.080.863
Contas a receber	-	-	328.075	473.345					
Tributos a recuperar	-	-	681.223	510.099	Não Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	129.522	185.195	289.541	198.669	Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.841.190	6.202.209	47.519.787	48.086.335
Depósitos judiciais	144	156	144.655	153.370	Instrumentos financeiros derivativos	795.909	1.361.583	1.602.422	2.035.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos	325.111	786.440	1.507.348	1.666.091	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	-	21.518	11.252	92.114
Partes relacionadas	-	20	942	-	Arrendamentos a pagar por direito de uso	27	-	1.930.507	1.675.401
Ativo de indenização por combinação de negócios	14.874	3.801	272.191	266.641	Cessão de direitos creditórios	-	-	1.257.104	548.699
Outros créditos	657.866	1.880.336	7.191.281	6.219.265	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	185.497	245.460	918.348	1.138.727
Investimentos	6.234.852	6.402.336	43.419	42.475	Compra de ações de controladas a termo	-	-	1.079.607	1.081.123
Imobilizado	205.851	164.874	47.944.350	46.262.499	Obrigações sociais e trabalhistas	3.733	9.354	31.548	55.873
Intangível	11.679	9.831	4.564.982	4.280.588	Tributos a recolher	-	-	13.619	17.053
	7.110.248	8.457.377	59.744.037	56.804.827	Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	-	535.411	670.149
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.931.485	1.613.367
					Partes relacionadas	528	528	528	528
					Provisão para perda em investimentos	92.255	618.411	-	-
					Outras contas a pagar	3.332	4.671	147.643	205.436
						5.922.471	8.463.734	56.979.261	57.219.937
						7.008.337	10.174.761	81.231.121	78.300.800
					Total do Passivo				
					Patrimônio Líquido				
					Capital social	1.174.362	1.174.362	1.174.362	1.174.362
					Reservas de capital	2.140.891	2.082.388	2.140.891	2.082.388
					Ações em tesouraria	(181.968)	(155.783)	(181.968)	(155.783)
					Reservas de lucros	202.448	232.367	202.448	232.367
					Outros resultados abrangentes	170.247	(714.323)	170.247	(714.323)
					Ajustes de avaliação patrimonial	132.296	132.296	132.296	132.296
					Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	874.544	208	874.544	208
					Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores	4.512.820	2.751.515	4.512.820	2.751.515
					Participação de não controladores	-	-	2.898.181	2.973.476
					Total do Patrimônio Líquido	4.512.820	2.751.515	7.411.001	5.724.991
					Total do Passivo e patrimônio Líquido	11.521.157	12.926.276	88.642.122	84.025.791
Total do ativo	11.521.157	12.926.276	88.642.122	84.025.791					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços, construção e venda de ativos desmobilizados	-	4.802	43.528.375	40.738.086
Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	-	-	(32.136.038)	(30.310.641)
Lucro bruto	-	4.802	11.392.337	10.427.445
Despesas comerciais	(45)	-	(1.601.347)	(1.479.057)
Despesas administrativas	(46.835)	(56.523)	(2.324.104)	(2.052.926)
Provisão de perdas esperadas (impairment) de contas a receber	-	-	(311.877)	(360.893)
Resultado de equivalência patrimonial	183.515	374.331	12.564	8.069
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	805.889	10.553	1.002.608	38.621
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	942.524	333.163	8.170.181	6.581.259
Receitas financeiras	498.232	408.877	2.089.303	1.666.832
Despesas financeiras	(1.325.529)	(1.097.340)	(10.005.370)	(7.843.399)
Total do resultado financeiro	(827.297)	(688.463)	(7.916.067)	(6.176.567)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	115.227	(355.300)	254.114	404.692
Corrente	(70.114)	(17.527)	(121.257)	(122.815)
Diferido	(5.642)	174.671	82.393	(192.806)
Total do imposto de renda e da contribuição social	(75.756)	157.144	(38.864)	(315.621)
Lucro líquido (prejuízo) das operações em continuidade	39.471	(198.156)	215.250	89.071
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(2.609)	4.762
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	39.471	(198.156)	212.641	93.833
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	39.471	(198.156)	39.471	(198.156)
Acionistas não controladores	-	-	173.170	291.989
(=) Lucro básico (prejuízo) por ação (em R\$)	-	-	0,0931	(0,4608)
(=) Lucro diluído por ação (em R\$)	-	-	0,0919	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(557.573)	(147.800)	(781.548)	(3.560.134)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	853.175	1.018.606	(393.261)	(1.528.622)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	(409.226)	(890.513)	2.300.912	5.647.131
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(113.624)	(19.707)	1.126.103	558.375
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	113.831	133.538	1.903.850	1.345.475
No final do período	207	113.831	3.029.953	1.903.850
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(113.624)	(19.707)	1.126.103	558.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

intervalo de R\$1,3 bilhão a R\$1,8 bilhão; (iv) EBITDA de 3,6 bilhões, maior que 3,5 bilhões; (v) Lucro Líquido de R\$319 milhões, superior ao previsto de R\$300 milhões. O *guidance* 2026 com (i) Receita Bruta de venda de ativos R\$1,6-R\$1,8 bilhão, (ii) Capex Líquido de R\$1,2-R\$1,9 bilhão e (iii) EBITDA de R\$3,750-R\$4,0 bilhões confirmam a expansão dos resultados.

A AUTOMOB realizou seu primeiro Investor Day em novembro/25 e apresentou seu plano para atingir EBITDA de R\$980 milhões em 2027 (+85% vs. 2025). A companhia avançou na modernização da rede de lojas com 92% das 197 concessionárias reformadas nos últimos 2,5 anos, e concluiu a integração de sistemas da divisão de veículos leves, com ganhos iniciais em produtividade e vendas por loja de 32 carros novos/loja (+5% a/a), 21 veículos leves seminovos/loja (+21%) e aumento no índice de venda de usados/novos para 0,7x (+17% a/a). 2026 deve mostrar o início das capturas dos investimentos realizados como a reforma das lojas e integração de sistemas, bases para a entrega do *guidance* 2027.

→ continuação

SIMPAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes			Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Reserva especial	Ações em tesouraria	Reserva de investimentos	Reserva legal	Resultado do exercício	Reserva de hedge	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Outras variações patrimoniais reflexas de controladas			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.174.362	18.413	2.233.855	(151.047)	326.048	104.489	—	(198.156)	170.247	132.296	25.628	3.326.244	3.425.486	6.751.730
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	—	(198.156)	—	—	—	—	(198.156)	291.989	93.833
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	—	—	—	—	—	—	(176.523)	—	—	—	(97.788)	(176.523)	(84.570)	(358.881)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	—	—	—	—	(198.156)	—	(176.523)	—	—	—	(97.788)	(472.467)	207.419	(265.048)
Absorção de prejuízos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recompra de ações	—	—	—	(4.736)	—	—	—	—	—	—	—	(55.822)	(39.129)	(99.687)
Ganho na mudança de participação em controladas	—	—	34.454	—	—	—	—	—	—	—	—	34.454	34.454	34.454
Remuneração com base em ações	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	3	3	3
Perda na incorporação de ações	—	—	(60.752)	—	—	—	—	—	—	—	—	(60.752)	(624.928)	(685.680)
Ágio na aquisição de ações de não-controladores	—	—	(143.583)	—	—	—	—	—	—	—	—	(143.583)	—	(143.583)
Outras movimentações do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	128.160	4.628	132.788
Reclassificações	—	—	—	—	(30)	—	—	—	—	—	—	30	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.174.362	18.416	2.063.974	(155.783)	127.862	104.489	—	(884.570)	170.247	132.296	208	2.751.501	2.973.476	5.724.977
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.174.362	18.416	2.063.974	(155.783)	127.862	104.489	—	(884.570)	170.247	132.296	208	2.751.501	2.973.476	5.724.977
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	—	39.471	—	—	—	—	39.471	173.170	212.641
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	—	—	—	—	—	—	884.570	—	—	—	313.346	1.197.916	240.101	1.438.017
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	—	—	—	—	—	—	884.570	—	—	—	313.346	1.237.387	413.271	1.650.658
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 26.4)	—	—	—	—	—	—	(9.374)	—	—	—	—	(9.374)	—	(9.374)
Destinação do lucro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos (nota 1.1.4)	—	—	—	—	(60.000)	1.974	(30.097)	—	—	—	—	(60.000)	—	(60.000)
Recompra de ações	—	—	—	(26.185)	—	—	—	—	—	—	—	(109.898)	(67.111)	(203.194)
Ganho na mudança de participação em controladas	—	—	58.497	—	—	—	—	—	—	—	—	58.497	(58.497)	—
Remuneração com base em ações	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	(131)	(127)	—	(127)
Aumento de capital de não-controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.934	4.934
Distribuição de dividendos a não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(312.902)	(312.902)
Outras movimentações do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	671.019	(54.990)	616.029
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.174.362	18.420	2.122.471	(181.968)	67.862	106.463	—	—	170.247	132.296	874.544	4.512.820	2.898.181	7.411.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONTROLADORA E CONSOLIDADA DA SIMPAR S.A.
Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A SIMPAR S.A. (a seguir designada como "Companhia" ou "SIMPAR") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede administrativa localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, conjunto 101, Itaim Bibi - São Paulo - SP, tendo suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) pela denominação (*ticker*) SIMH3, e controlada pela JSP Holding S.A. ("JSP Holding"). A Companhia opera como Holding e empresa de participações, que com suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo SIMPAR") opera oito segmentos de negócios: JSL: Serviços logísticos, transporte rodoviário de cargas e commodities, logística interna de plantas fabris, distribuição urbana, serviços de armazenagem e fretamento de passageiros. Movida: Locação de veículos leves ("Rent a Car" ou "RAC"), gestão e terceirização de frota de veículos leves ("GTF") para os setores privado e público. Como consequência e visando a continuidade das atividades de locação, a Movida renova constantemente sua frota. Vamos: Locação, gestão de frota e prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria, industrialização e customização. Ao término dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes são desmobilizados e vendidos. Automob: Comercialização de veículos, motos, leves e pesados, máquinas e equipamentos, novos e seminovos, peças, acessórios, serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, serviços de blindagem, e intermediação na venda de financiamentos, seguros automotivos e serviços correlatos a sua operação. CS Brasil: Gestão e terceirização de frota de veículos leves e pesados para o setor público com serviço de motorista, transporte municipal de passageiros e limpeza urbana. Ao término dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes são desmobilizados e vendidos. CS Infra: Administração de operações de portos, de concessões de rodovias, transporte urbano de passageiros no formato BRT (*Bus Rapid Transit*), gestão de estacionamento rotativo, de terminais rodoviários e exploração comercial das áreas geridas Ciclus Ambiental: Serviços ambientais, limpeza urbana, transporte de lixo e resíduos, e como operação de aterro sanitário com tratamento e transformação dos resíduos recebidos. BBC: Serviços financeiros e bancários incluindo financiamento, arrendamento, empréstimo, investimentos, crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, conta corrente, antecipação a fornecedores, conta digital e emissão e administração de cartões. O Grupo SIMPAR conta ainda com entidades situadas no exterior para fins de captação de recursos financeiros e outras entidades jurídicas com operações não relevantes e não alocadas em algum dos segmentos descritos acima. Essas atividades estão sendo apresentadas como "Holding e demais atividades", conforme descrito na nota explicativa 28 - Informações por Segmento. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2026. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025:** **1.1.1 Alocação definitiva de ágio - Segmento Automob:** Em fevereiro de 2025, foram encerradas as alocações finais dos ágios das aquisições dos grupos Alta e Best Points pela controlada Automob e não houveram alterações das alocações divulgadas em 2025. **1.1.2 Contrato de concessão para operação de terminais rodoviários - Segmento CS Infra:** Em março de 2025, o Consórcio Bloco Leste, composto pela CS Infra S.A., detentora de 51% de participação, e pela Terra Transportes e Participações S.A. com 49%, venceu a Licitação EC/006/2023/SGM-STM, promovida pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de São Paulo. A parceria público-privada (PPP) contempla a administração, manutenção, exploração comercial e requalificação de 13 terminais de ônibus e 6 estações do Expresso Tiradentes, atendendo cerca de 320 mil passageiros diários. A concessão se refere à prestação de serviços, com oportunidades de receitas acessórias, e não inclui a operação do transporte rodoviário de passageiros. A concessão terá duração de 30 anos, iniciando o fluxo de receitas no primeiro ano, atingindo o valor total de recebimento no segundo ano conforme as obras de requalificação dos terminais sejam concluídas, e contando com garantias de origem dos recursos até o final do contrato. Os investimentos previstos são de aproximadamente R\$120.000 nos dois primeiros anos, com mais R\$50.000 distribuídos até o final do contrato. Os recursos serão destinados à requalificação de instalações operacionais e administrativas, manutenção das estruturas de cobertura e aquisição de sistemas de monitoramento, assegurando a melhoria da qualidade dos serviços aos usuários. A operação iniciou em 13 de setembro de 2025. **1.1.3 Contrato de concessão para operação de rodovias - Segmento CS Infra:** Em março de 2025, a CS Infra venceu a licitação objeto do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 56/2024, promovido pelo Estado do Mato Grosso, através de sua Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística - SINFRA/MT, para a concessão do Lote 5 para operação, conservação e manutenção das rodovias MT-020 e MT-326. A concessão terá duração de 30 anos com fluxo de recebimento no início do segundo ano, advindos das tarifas de pedágio após as implantações de seis pórticos de cobrança *free-flow*. Ao todo, são 308 km de malha rodoviária de grande importância na integração do Mato Grosso. Trata-se de um projeto *brownfield*, visto que as Rodovias já estão implantadas e encontram-se estrategicamente inseridas nas principais regiões do agronegócio brasileiro, com destaque para o escoamento de soja, milho, algodão e carne. O investimento durante o período de implantação será de cerca de R\$ 320.000 até o sexto ano restando em média R\$ 28.000 ao ano a ser realizado até o final do contrato, que serão custeados pela geração de caixa da concessão. Os recursos serão destinados à recuperação do pavimento, implantação de acostamento e dispositivos em nível, pórticos do sistema *free-flow*, assim como manutenção e melhoria na segurança rodoviária. O Contrato prevê diversos mecanismos de equilíbrio contratual, tais como proteção de banda de demanda, inadimplência, proteção cambial, proteção contra variação no reajuste de insumos e validação do CAPEX nos primeiros meses da Concessão. A concessionária ainda aguarda a liberação do termo de assunção para assumir a operação da rodovia. **1.1.4 Distribuição de dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2025, os acionistas da Simpar S.A. aprovaram o pagamento de dividendos no montante de R\$ 60.000, com valor correspondente de R\$ 0,07029 (sete centavos) por ação. O pagamento foi realizado no dia 19 de maio de 2025. **1.1.5 Alienação das controladas Ciclus Ambiental S.A. e Ciclus Ambiental Rio S.A.:** Em 08 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a alienação e transferência de 100% da Ciclus Ambiental S.A., que detém como sua subsidiária integral, a Ciclus Ambiental Rio S.A., pelo valor de R\$ 1.039.000, gerando ganho de capital de R\$ 927.511. Do valor de venda, foi recebido a vista R\$ 769.387, e o restante dividido em duas parcelas de 150.000 cada, com vencimento em 01 de abril de 2026 e 01 de abril de 2027, respectivamente. Desta forma, os resultados gerados por essa unidade de negócios foram reclassificados para operações descontinuadas. Esses resultados e fluxos de caixa estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30/11/2025	31/12/2024
Resultado de operações descontinuadas	405.399	456.274
Receita líquida de venda e prestação de serviços	(273.471)	(308.286)
Custo de venda e prestação de serviços	131.928	147.988
Lucro bruto	(23.853)	(24.331)
Despesas comerciais e administrativas	(106)	—
Provisão de perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	107.969	123.657
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	(110.906)	(116.930)
Resultado financeiro	(2.937)	6.727
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	328	(1.965)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	328	(1.965)
Total do imposto de renda e da contribuição social	328	(1.965)
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas	(2.609)	4.762
Fluxos de caixa das operações descontinuadas	31/12/2024	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	187.974	
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(91.551)	
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	(79.132)	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.291	
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.142	
No final do exercício	18.433	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.291	

1.1.6 Captação de crédito - Segmento Vamos: Em 21 de março de 2025, a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. contratou uma operação de crédito junto a um sindicato de bancos estrangeiros no total de US\$ 325.000. Em 14 de agosto de 2025, parte do recurso captado foi transferido para uma subsidiária criada em Luxemburgo, a Vamos Europe S.A.r.l. no montante de US\$ 275.000, remunerada à taxa média de 14,38% a.a. e com vencimento em 22 de março de 2028. O recurso captado foi internalizado através de debêntures cambiais, sendo o montante equivalente à dívida aplicado em títulos de *Total Return Swap* com a mesma instituição financeira. Os contratos assinados permitem a compensação entre os instrumentos, sendo apresentado o valor líquido das operações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em 25 de setembro, a Vamos Europe efetuou a emissão de títulos de dívida no mercado internacional (*Senior Notes - "Bonds"*) no valor total de US\$ 300.000 remunerados à taxa de 9,2% ao ano, com o vencimento em 26 de janeiro de 2031. Os recursos foram integralizados em 02 de outubro de 2025. **1.2 Relação de participações em entidades controladas e coligadas:** As participações percentuais da Companhia em suas controladas e coligadas nas datas dos balanços são as seguintes: **1.2.1 Relação de participações em entidades controladas Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O Grupo SIMPAR possui um processo com uma Política de Gerenciamento de Riscos, que contempla os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados, e mantém uma diretoria de controles internos, riscos e conformidade, responsável por liderar o processo de identificar, monitorar, mitigar e prevenir riscos estratégicos, operacionais, de imagem, de conformidade, socioambientais e de sustentabilidade. O Grupo SIMPAR possui uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação diante do cenário de mudanças climáticas. A Companhia adota uma Matriz de Riscos Climáticos que considera impactos financeiros e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados ao clima, tanto riscos físicos crônicos - como as mudanças nos padrões de precipitação e a variabilidade climática - quanto riscos físicos agudos - que incluem eventos extremos como ciclones e inundações. Aliado a isso, a operação de suas atividades tem foco no desenvolvimento sustentável, com soluções que endereçam ou reduzem os impactos negativos das suas operações ao clima. Este monitoramento ocorre pela elaboração, divulgação e assecuração por peritos, de seus inventários de emissões de GEE, que engloba os escopos 1, 2 e 3. O relatório é continuamente aprimorado para monitorar e gerenciar as emissões e adotar medidas mais adequadas. A SIMPAR possui meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. A intensidade leva em consideração as emissões e receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões têm reporte trimestral ao Comitê de Sustentabilidade. O tema de mudanças climáticas faz parte dos pilares estratégicos de sustentabilidade do Grupo. **1.3 Reforma Tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O novo modelo tem como principais pilares a não cumulatividade plena, o amplo direito à apropriação de créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, prevendo a substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um sistema de imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da lei complementar. A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar

nº 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e creditamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar nº 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir de 1º de janeiro de 2026, a CBS e o IBS passarão a ser destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, com alíquotas de teste de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema tributário vigente e o novo modelo coexistirão. A Companhia, juntamente com suas controladas, atua em diversos segmentos, incluindo logística, transporte, mobilidade, comercialização de veículos, concessões público-privadas e infraestrutura, cujos modelos operacionais, cadeias de valor e regimes de incidência tributária apresentam características distintas. Em razão dessas especificidades, a implementação da CBS e do IBS poderá gerar efeitos diferenciados, a depender da regulamentação aplicável a cada atividade. Nesse contexto, a Companhia acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à Reforma Tributária e vem realizando análises preliminares de cenários e de potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos, com o apoio de assessores externos especializados. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, inclusive quanto à definição das alíquotas definitivas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da Reforma somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório. Diante do estágio atual de implementação da Reforma, as análises seguem em andamento e consideram, entre outros fatores, a evolução da regulamentação infralegal, as interpretações de cada segmento de atuação do Grupo Simpar, não havendo efeitos contábeis a reportar nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025. A Administração continuará monitorando a evolução da legislação e da regulamentação aplicável, bem como os potenciais desdobramentos operacionais e financeiros da Reforma, avaliando oportunamente a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações adicionais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, controladora e consolidado

2.1 Declaração de conformidade (em relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas Internacionais Financial Reporting Standards - IFRS®): As demonstrações financeiras, controladora e consolidado, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, controladora e consolidado, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras, controladora e consolidado, foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme divulgado nas notas explicativas, quando aplicável. **2.2 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado, controladora e consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras da controladora e consolidado. **2.3 Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, estão apresentadas em Real - R\$, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto pelas controladas localizadas fora do Brasil, mencionadas no item c) abaixo, cujas moedas funcionais são as moedas locais. b) **Transações e saldos:** As transações executadas em moedas diferentes das moedas funcionais (estrangeiras) são convertidas para as moedas funcionais da respectiva empresa, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados, e os respectivos ganhos e as perdas cambiais são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. c) **Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia:** As controladas que possuem moeda funcional diferente do Real - R\$ estão mencionadas a seguir e foram convertidas para o Real - R\$, moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outras variações patrimoniais reflexas de controladas". As moedas funcionais e respectivas taxas de câmbio em Reais - R\$ utilizadas para a conversão são as seguintes:

Controlada	Moeda	Taxa	31/12/2025
BMB México	Peso mexicano	Média	3,4341
	Peso mexicano	Fechamento	3,4341
Drive on Holidays	Euro	Média	6,4692
	Euro	Fechamento	6,3887
Fadel Paraguai	Guarani	Média	0,0007432
	Guarani	Fechamento	0,0008395
Fadel Africa	Rand Sul-africano	Média	0,3128
	Rand Sul-africano	Fechamento	0,3328
Fadel Ghana	Cedi Ganes	Média	0,4576
	Cedi Ganes	Fechamento	0,5291

2.4 Base de consolidação e combinação de negócios: a) **Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo SIMPAR. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado quando incorridos. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, inclusive aqueles contingentes, na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. As técnicas de avaliação para mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos são:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangíveis	Método Relief-From-Royalty, método Multi-period Excess Earnings e Método Custo novo de reposição: o método <i>Relief-From-Royalty</i> considera os pagamentos descontados de <i>royalties</i> estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. Método Multi-period Excess Earnings: o método <i>Multi-period Excess Earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. Método Custo novo de reposição: este método derivado da abordagem de custo que considera o custo estimado para se construir, a preços correntes na data de avaliação, uma cópia exata, ou réplica do ativo sob avaliação, usando os mesmos materiais, normas de construção, design, layout e qualidade de mão de obra, e incorporando todas as deficiências do ativo-sujeito, super adequações e obsolescência.
Software	Adotada a metodologia para analisar as projeções da empresa com relação ao volume de serviços contratados/prestados pelo software que servirá de base para o cálculo por meio de <i>royalties</i> .
Acordos de distribuição (Intangível)	Os acordos de distribuição são direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos (concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos). São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (" <i>impairment</i> "). Sendo utilizado o método <i>multi-period excess earnings</i> , considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Marca	Método Relief From Royalties que captura as economias de royalties associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la.
Acordos de não competição	O método <i>with or without</i> é uma abordagem utilizada para avaliar acordos de não competição. A estimativa do valor do ativo intangível é feita em função da análise de dois cenários: um com o acordo em vigor e outro hipotético sem o acordo de não competição, levando em consideração a livre competição entre as partes envolvidas.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no custo estimado de reposição no curso normal dos negócios, considera os preços de mercado para itens semelhantes.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda</	

* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONTROLADORA E CONSOLIDADO DA SIMPAR S.A.
Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Nos casos em que é adquirida uma participação menor que 100%, mas se possui opção de compra, e, concomitantemente, a contra parte possui opção de venda, simétricas com a participação societária remanescente após aquisição, é considerada a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações de valor justo das opções posteriores a data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a adquirente incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos são dedutíveis. b) **Combinação de negócios sob controle comum:** Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte, antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório. A Companhia apresenta a combinação de negócios sob controle comum, aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida, no momento do reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. 2.5 **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com prazo original de vencimento de até três meses, contados a partir da data de aquisição, que estão sujeitos a risco insignificante de variação de valor e são mantidos com o propósito de atender às necessidades de caixa da Companhia no curto prazo. Aplicações são classificadas como caixa e equivalentes de caixa quando atendem cumulativamente aos seguintes critérios: (i) possuem alta liquidez; (ii) têm prazo de resgate imediato ou muito curto (até 90 dias); (iii) são facilmente conversíveis em montante conhecido de caixa; e (iv) estão sujeitas a risco insignificante de variação de valor. 2.6 **Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** Os títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais (ações, cotas de fundos de investimento e outros instrumentos de capital) cujo valor justo é prontamente determinável, seja por negociação em mercado organizado (B3) ou pela disponibilidade de preços de mercado observáveis para ativos similares. Embora esses títulos possuam elevada liquidez no mercado secundário, também podem ser resgatados antecipadamente e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. 2.7 **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas no resultado, como resultado financeiro, exceto para os derivativos designados como instrumento de hedge em relacionamentos qualificados de hedge de fluxo de caixa. 2.7.1 **Ativos financeiros:** Posteriormente ao reconhecimento inicial, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ocorrer da seguinte forma: 2.7.2 **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. 2.7.3 **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido. 2.7.4 **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia modifique o modelo de negócios para a gestão desses ativos financeiros, e, neste caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **Desreconhecimento:** O Grupo SIMPAR desreconhece um ativo financeiro, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do respectivo ativo expiram, quando são transferidos seus direitos contratuais de recebimento, quando são transferidos substancialmente os seus riscos e benefícios, ou quando não são mantidos substancialmente os riscos, benefícios e o controle sobre ele. 2.7.5 **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento:** Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios. Adicionalmente, também poderão ser classificados como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração ou do reconhecimento de ganhos e perdas em bases diferentes; ou (ii) o desempenho é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração. **Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando existe um direito legalmente executável de compensar os valores relacionados e exista a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.7.6 **Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge:** São mensurados pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação reconhecidos no Resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido, e a parcela não efetiva reconhecida no Resultado. O Grupo SIMPAR contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. O valor justo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados, buscando o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração. Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização abaixo: Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. Para esses instrumentos financeiros, relacionados aos valores a pagar das opções de compra e venda das combinações de negócios, a Companhia considera a projeção de EBITDA das empresas adquiridas para as datas de exercício dessas opções e a taxa para desconto a valor presente. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; A análise de fluxos de caixa descontados. • **Monitoramento:** A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos, e quantitativos quando necessário. Geralmente são contratados instrumentos derivativos de hedge com termos idênticos aos do objeto de hedge. 2.7.7 **Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** Periodicamente é avaliada a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável ("impairment") para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por impairment são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em exercícios anteriores. Uma perda por impairment anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo. 2.8 **Contas a receber:** Contas a receber de clientes representam valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pelas controladas da Companhia, sendo registrados pelo valor nominal faturado na data da venda. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo SIMPAR se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As estimativas de perdas de crédito são mensuradas de acordo com abordagem simplificada do IFRS 9, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber considerando a probabilidade de inadimplência. As perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em conta a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. As taxas de perda são determinadas pela média de avanço dos valores a receber por estágios de inadimplência até a baixa completa. Adicionalmente, a Companhia realiza análises específicas para determinados clientes e situações que requeiram avaliação individualizada, complementando a matriz de provisão com informações qualitativas e quantitativas relevantes. 2.9 **Estoques:** Os estoques mantidos pelo Grupo SIMPAR se referem substancialmente a veículos novos, veículos usados, peças e acessórios para venda, através de suas lojas, concessionárias, revendas de seminovos, além de insumos utilizados na fabricação e entrega de rebocos customizados, e peças para manutenção de suas frotas e ativos. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos transportá-los às suas localizações, deduzido de provisões para desvalorizações, giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque de manutenção e consumo sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. Para veículos e peças é realizada uma análise individual, com base no valor de mercado e provisionado a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil. 2.10 **Ativos de frota disponibilizados para venda:** Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo de frota disponibilizado para venda", avaliados e mensurados conforme o CPC 27, item 68º e o CPC 16 - Estoques. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. 2.11 **Investimentos:** Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos em entidades controladas, incluindo controladas em conjunto, e coligadas são contabilizadas pela Companhia, controladora, pelo método da equivalência patrimonial. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são eliminados, sendo apresentados os investimentos em coligadas e controladas em conjunto. Entidades coligadas são entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto sobre suas políticas financeiras e operacionais. Uma entidade é controlada em conjunto, quando existe um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado sobre suas políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, e subsequentemente pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, pela participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício, outros resultados abrangentes, e outras variações patrimoniais da investida, até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. 2.12 **Imobilizado:** 2.12.1 **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago, a data esperada de desmobilização e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos operacionais compõe o custo da locação e/ou prestação de serviços, e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa administrativa ou comercial. A vida útil, o valor de venda esperado, e taxas de depreciação aplicadas, são revistas no mínimo anualmente, ou em períodos menores, quando a Administração entende que há indicações de que as premissas podem ter sofrido alterações. O valor esperado de venda de seus ativos imobilizados que são desmobilizados e vendidos, são estimados considerando os valores de mercado na época de desmobilização, descontos esperados, se aplicáveis, tempo de uso e níveis de deterioração. Sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. 2.13 **Intangível:** 2.13.1 **Ágio:** O ágio é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment e possui vida útil indefinida. 2.13.2 **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. 2.13.3 **Acordo de não competição e relacionamento e direitos contratuais com clientes:** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento e direitos contratuais de clientes, e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo de aquisição, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada. 2.13.4 **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil média de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. 2.13.5 **Acordos de distribuição:** Os acordos de distribuição são direitos de comercializar os veículos das diversas marcas com as respectivas montadoras. Esses contratos possuem prazo indeterminado, que podem ser desfeitos pelas partes em determinadas circunstâncias. Esses ativos foram reconhecidos em decorrência da alocação dos valores justos de ativos e passivos de combinação de negócios, e foram definidas vidas úteis para cada contrato. O prazo médio da vida útil desses ativos é de 26 anos. Fundos de comércio: O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos de exploração de pontos comerciais. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável ("impairment"). 2.13.6 **Contratos de concessão:** Contratos de concessão foram adquiridos em processo licitatório que cedem direito de exploração de áreas portuárias e exploração de rodovias. A vida útil é determinada conforme o prazo contratual de cada concessão e o intervalo é entre 15 e 30 anos. 2.13.7 **Testes de perda de valor recuperável ("impairment"):** Os ativos sem prazo de vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação, para verificar se há redução do seu valor recuperável ("impairment"), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"), e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em projeções estimadas. 2.14 **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, quando se referem a passivos designados como itens objeto de hedge, e atualizados pelo método de taxa efetiva de juros. 2.15 **Arrendamentos a pagar por direito de uso:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. São mensurados pelo custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear, com base no menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil do ativo. Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros,

a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Inclui pagamentos fixos, pagamentos variáveis (que dependem de um índice ou taxa), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Pagamentos variáveis não dependentes de índices são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem, exceto se forem relacionados à produção de estoques. De modo substancial, devido às características de longo prazo dos contratos, a mensuração não considerou a renovação para os contratos de arrendamento. 2.16 **Cessão de direitos creditórios:** A cessão de direitos creditórios de recebíveis originados de contratos de locação de máquinas, veículos e equipamentos firmados com seus clientes para terceiros, sem regresso ou cobrança, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira, utilizando o método da taxa efetiva de juros pelo prazo de geração dos recebíveis. 2.17 **Compra de ações de controladas a termo "sintético":** As compras de ações de controladas a termo se referem a contratos de Total Return Swap na compra de ações a termo "sintético" mediados por instituições bancárias e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, e atualizados pelo método de taxa efetiva de juros. 2.18 **Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. o caso de impostos e contribuições uma provisão é reconhecida quando a Administração, com base em sua avaliação e apoiada por seus assessores jurídicos, conclui que as posições fiscais adotadas na apuração desses tributos de períodos sujeitos à fiscalização, ou em discussões administrativas ou judiciais, terão prognóstico de perda provável em decisões de tribunais superiores de última instância. Passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. As obrigações legais decorrem de obrigações tributárias que foram contestadas quanto à sua legalidade ou constitucionalidade, cujos montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos quando ocorrer a mudança de estimativa. 2.19 **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreendem os impostos correntes e diferidos. São reconhecidas na demonstração do resultado, e são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas respectivas apurações situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O IRPJ e a CSLL são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, no BBC Banco, o IRPJ é calculado à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e CSLL é calculada considerando a alíquota de 20%, conforme a Lei nº 13.169/15.019. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, mas não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal. Também são reconhecidos IRPJ e CSLL diferidos sobre saldos de prejuízos fiscais, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e suficientes para compensá-los, e os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, é considerado o plano orçamentário de cada empresa. **Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro:** A interpretação técnica IPC 22/IFRIC 23, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário, é aplicada e caso a Companhia ou uma de suas controladas conclua que é mais provável que não, que a autoridade fiscal não aceite o tratamento fiscal dado, e assim o respectivo efeito da incerteza considerado na determinação do cálculo do tributo a recolher. 2.20 **Partes relacionadas:** As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas em condições contratuais previamente acordadas. Os saldos pendentes ao final do exercício não são garantidos, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas em nenhuma conta a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. A Companhia mantém um Acordo de Compartilhamento de Custos que disciplina o compartilhamento de atividades e despesas, juntamente com as diretrizes de reembolso e outros termos comerciais para a alocação de despesas do grupo. Essas despesas são classificadas como transações intercompany. Saldos e transações entre as empresas consolidadas ("Intragruppo"), e quaisquer receitas ou despesas, assim como lucro e perdas não realizadas, derivadas de transações Intragruppo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. 2.21 **Patrimônio líquido:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reservas de capital, assim como em eventual cancelamento das ações a redução é reconhecida em contrapartida à reserva de capital. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. **Reserva de Investimentos:** A reserva de investimentos tem por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, para a qual poderá ser destinado até 100% do lucro líquido que remanesce após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia. **Reserva especial:** A reserva especial de capital da Companhia é constituída com base nos resultados obtidos em transações que envolvem seus investimentos em controladas tais como ágio na emissão de ações primárias, ganhos na alienação de ações em ofertas, troca de ações em combinações de negócios, sem a perda de controle. **Distribuição de dividendos:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício; e Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante de dividendos a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as demonstrações financeiras, controladora e consolidado, referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para fins das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Ações em tesouraria representam ações recompradas pela Companhia e disponíveis para fins específicos e limitados. As ações são registradas pelo valor justo na data da transação. 2.22 **Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados:** **Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, reconhecida a receita quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **Receita de serviços dedicados e cargas gerais:** Serviços oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações Inbound), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações Outbound) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema "ponto A" para "ponto B", por meio de veículos carga completa (Full Truck Load), e são faturados de acordo com o contrato com cada cliente. É reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços é executada e a obrigação de desempenho cumprida. **Receita de locação e prestação de serviços:** Locação de frota de veículos pesados para transporte de cargas leves e pesadas, incluindo manutenção preventiva e corretiva, locação de máquinas e equipamentos agrícolas, locação de veículos leves (Rent a car) e gestão e terceirização de frotas de veículos leves (GTF), além de serviços de assistência técnica para veículos novos e seminovos vendidos. No caso das receitas de serviços de assistência técnica, o reconhecimento, da receita se dá quando o serviço é executado, o valor pode ser mensurado com confiabilidade e seu recebimento é certo. **Receita de transporte de passageiros:** Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (fretamento) e público municipal de passageiros. O serviço de transporte privado ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas, e é faturado de acordo com o contrato com cada cliente. O serviço de transporte público ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro. Ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços é executada e a obrigação de desempenho contratada é cumprida. A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro. **Receita de vendas de ativos desmobilizados:** Após o término do contrato de locação com seus clientes ou para renovação de frota, o Grupo SIMPAR desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e sua rede concessionárias. Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. No momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes a receita é reconhecida. **Receita de vendas de veículos e peças:** Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Nesses casos, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque. **Receita de arrendamento de veículos e equipamentos:** Receitas de juros da venda de veículos e equipamentos na modalidade leasing. É reconhecida como receita financeira ao longo do prazo do arrendamento, apropriada de acordo com a taxa de retorno respectiva. 2.23 **Resultado por ação:** Política contábil: O resultado por ação, tanto o básico quanto o diluído, é um indicador financeiro que demonstra o resultado líquido de uma empresa por ação ordinária em circulação. **Resultado básico por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. **Resultado diluído por ação:** O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. Os julgamentos significativos realizados pela Administração durante a aplicação das políticas contábeis da SIMPAR e as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. 3.1 **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Consolidação e combinação de negócios - determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; (b) Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras); o Grupo SIMPAR classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não têm a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. 3.2 **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; (b) Imobilizado (definição do valor residual, da vida útil e taxa de depreciação); (c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; (d) Perdas esperadas de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; (e) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; (f) Transações com pagamentos baseados em ações (probabilidade de exercício da opção); (g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos; (h) Arrendamento: taxa incremental de financiamento e períodos de contrato; (i) Ativos intangíveis de vida útil definida - definição da vida útil.

continua →

